

---

Um dos principais objectivos a que nos propúnhamos realizar neste trabalho era a problematização sociológica do conceito de terceira idade, que foi concretizado no primeiro capítulo, salientando as diferentes *transformações objectivas* que contribuíram para a emergência da terceira idade como *categoria social autónoma*.

Nesta problematização, destacamos o facto de a *terceira idade* ser muitas vezes entendida como um dado natural, aparecendo definida em função da idade e do envelhecimento biológico, contribuindo, por sua vez, para essa naturalização da terceira idade. Na nossa abordagem sociológica enfatizámos a necessidade de entrar em ruptura com esta perspectiva do senso comum e entender as manipulações sociais que ocorrem em relação ao dado biológico que é a idade. Concretamente, definir uma idade a partir da qual se é considerado velho, de acordo com Lenoir (1996), traduz as relações de força entre as gerações, não estando, por isso, em causa saber a idade a partir da qual se é velho, mas questionar as razões e os interesses que conduzem a essa idade.

Por outro lado, para dar conta de algumas *transformações objectivas* que originaram a emergência em Portugal desta *categoria social autónoma*, isto é, como a velhice foi emergindo sob a forma de problema social e que mudanças sociais favoreceram para o aparecimento da terceira idade como *categoria de acção política*, convocámos a perspectiva história para assim se aceder à evolução da forma de tratar a velhice.

Nesta evolução da forma de tratar a velhice foi salientado e demonstrado que, em Portugal, a passagem de uma *velhice invisível* para *velhice identificada* ocorreu na década de 70. Antes dessa data, a velhice não era, portanto, uma *categoria de acção política*, sendo que a velhice pobre tinha, principalmente nos asilos, a sua forma de assistência pública.

Em meados da década de 70, como mostrámos, a conjugação de diferentes factores e de alterações mais ou menos profundas que se foram registando ao nível político, demográfico e da protecção social, a velhice foi ganhando uma visibilidade social e política, começando a ser objecto de intervenções dirigidas especificamente para ela, tendo sido consagrada na Constituição da República de 1976, pela primeira vez em Portugal, a política para a terceira idade.

Durante o período de 1976 a 2002 assinalámos o que foi sendo implementado para a terceira idade, bem como o papel do Estado nesta matéria.

Neste longo período, um aspecto que evidenciámos foi que a política de manutenção do idoso no seu domicílio, preconizada para Portugal, não foi uma “invenção” portuguesa, mas uma importação da política francesa para a terceira idade. Ao contrário do que aconteceu em França, no nosso país não existiu um trabalho orientador, como o Relatório Laroque, propondo esta nova forma de intervir na velhice, nem todo o trabalho de preparação e discussão que envolveu esta proposta.

Os vários equipamentos e serviços em que se traduziu esta política, apoiando o idoso em diferentes aspectos da sua vida de modo a permanecer na sua residência, foram constituídos pelos centros de dia, centros de convívio, apoio domiciliário, casas de repouso, bem como lares.

Um dos aspectos importantes que foi demonstrado no período entre 1976 e 1985, quanto a esta política de manutenção do idoso na sua residência, prende-se com as razões que contribuíram para a sua emergência e para que esta fosse preconizada pelo Estado. Para além de razões humanitárias e de dignidade da vida dos mais velhos, que não questionámos, as razões económicas, concretamente a redução da despesa do Estado, foram um factor muito significativo para que este defendesse a nova forma de intervir na velhice. Também a apologia e o incentivo para a intervenção de outros

---

“parceiros sociais”, na prossecução da política de terceira idade, vem nesta perspectiva de redução das despesas e de não intervenção na prestação de serviços e equipamentos para a terceira idade, por parte do Estado, num contexto de Estado-paralelo (cf. Santos, 1993, p. 30), em que a preocupação com o restabelecimento de capital se sobrepôs a um forte investimento na área de bem-estar social.

Neste contexto político e social em que se incentivava o papel de “outros parceiros sociais” no desenvolvimento da política para a terceira idade, foi criada a primeira Universidade da Terceira Idade, no nosso país, cuja emergência foi objecto, neste presente trabalho, de uma análise detalhada visando compreender os pressupostos, os princípios e os objectivos em que se baseou a sua criação. Assim, foi demonstrado que esta UTI foi criada seguindo o modelo das UTI’s francesas e assentando em princípios que também fundamentaram a política de manutenção dos idosos no domicílio. Princípios esses que defendiam uma vida activa para os mais velhos, prevenindo e retardando o envelhecimento físico e mental. Através das diferentes actividades culturais promovidas pelas UTI’s era estimulado o exercício mental e físico, o que favorecia esse retardamento. Estes princípios em que se baseavam, quer a política de manutenção dos idosos no seu meio, quer as Universidades da Terceira Idade, provinham de uma perspectiva teórica da gerontologia – a perspectiva da actividade. Também criticámos esta teoria, destacando igualmente as críticas de diferentes autores, como de Guillemard (1980) e que vêm neste sentido, pelo facto de, ao defender um estilo de vida activo para os idosos, a teoria da actividade não contemplar a diversidade social, cultural e económica que caracteriza o grupo dos idosos e que se esconde por detrás do conceito de terceira idade aparentando uma homogeneidade deste grupo. Assim, ao preconizar um estilo de vida que não contempla as diferentes formas de perceber e viver a reforma, também pode gerar discriminações no sentido em que

---

nem todos têm acesso aos diferentes bens, serviços e actividades que traduzem esse modo de vida activo. Face a esta perspectiva funcionalista, a teoria crítica permite considerar uma outra alternativa de pensar a intervenção junto dos adultos idosos, particularmente a intervenção na área educativa.

Também foi destacado que neste período, mais concretamente em 1982, a realização da Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, a qual chamou a atenção para um problema, essencialmente dos países mais avançados que era o envelhecimento da população e, principalmente, o impacto deste factor sobre o desenvolvimento dos países. Para além de outros aspectos, destacámos o papel de potenciais consumidores e de dinamizadores de certas áreas geográficas, através do turismo, que podiam desempenhar os idosos e que foi defendido pelas Recomendações desta Assembleia. Também esta dimensão foi igualmente salientada como sendo preconizada pelo Professor Velas, promotor da primeira Universidade da Terceira Idade francesa.

Entre 1985 e 1995, num contexto de crise do Estado-providência, sem nunca o ter sido plenamente em Portugal, este período caracterizou-se por uma redução do papel do Estado na área do bem-estar, evidenciando uma tendência para a privatização, tendo sido salientado que a actuação do Estado no campo da velhice também foi similar à área do bem-estar social em geral, sendo visível no incentivo, apoio, financiamento e até na criação de instituições sem fins lucrativos que intervêm nesse sector.

O apelo que foi feito ao apoio familiar para com os idosos mais velhos e às outras redes de solidariedades sociais, entre 1991 a 1993, foi igualmente analisado neste contexto de retracção do papel do Estado na área do bem-estar social.

Salientámos também o facto de, ao incentivar a intervenção de instituições sem fins lucrativos e/ou as diferentes redes de solidariedade informais, permitindo favorecer

---

a retracção do papel do Estado nesta área, poderiam estar em causa os diferentes direitos das pessoas idosas devido às limitações da sociedade-providência.

Neste contexto, defendemos uma intervenção do Estado no campo da terceira idade, de modo a que sejam garantidos os direitos dos mais velhos.

Durante este período, a criação do Programa de Apoio Integrado aos Idosos, para além de ser uma continuação da política de manutenção dos idosos no seu meio iniciada em 1976, também se traduziu numa ausência de uma política global e integral para a terceira idade, como considerámos a partir da análise que efectuámos.

A estratégia de integrar socialmente os adultos idosos pela via do consumo foi, principalmente, visível a partir de meados da década de 90, de acordo com a nossa pesquisa, e, por exemplo, nos diferentes programas como os que se dirigiam à Saúde e Termalismo e ao Turismo Sénior.

Também indicámos como a promoção da representação social dos adultos idosos, como potenciais consumidores, se traduziu na consolidação e no alargamento de um mercado dirigido a esta população, implicando a criação de outros bens de consumo e serviços, como as residências tipo hotel, o cartão do idoso, os diferentes bens que vão sendo criados especificamente para os mais velhos e as diferentes feiras com a promoção destes bens.

Face a esta situação, considerámos que o potencial dos adultos idosos, como consumidores, ao ser explorado pela política que preconiza a manutenção dos idosos no seu domicílio, torna essa mesma política vantajosa para o Estado e para o desenvolvimento da economia.

Estas iniciativas que têm em vista a dimensão mais comercial e de incentivo ao consumo, como os programas de Saúde e Termalismo e de Turismo Sénior, foram problematizadas por nós quanto à possível discriminação dos idosos, ou seja, destina-

---

se privilegiadamente a quem possuir um capital económico e também um capital cultural mais elevados, portanto, não serem iniciativas acessíveis a todos os idosos.

No período entre 1995 e 2002, para além de se ter registado esta dinamização de programas de cariz mais acentuadamente comercial e de incentivo ao consumo dirigidos aos idosos, salientámos igualmente que foi prosseguida a política de manutenção no domicílio, assim como uma das suas traduções mais visíveis, o Programa de Apoio Integrado aos Idosos.

Também foi evidenciado pela nossa análise que esta política de manutenção no domicílio era essencialmente constituída por medidas da área da acção social e da área da saúde, e dirigidas privilegiadamente para os idosos mais velhos e mais dependentes. Assim, ficavam a descoberto outras áreas também importantes, como a educação, bem como outra parte da população, não tão idosa, nem tão dependente. Igualmente nos questionámos acerca dos direitos das pessoas idosas num contexto de ausência de uma política pública global para a terceira idade, considerando que estes não estavam assegurados, com destaque para o direito à educação.

Face a este cenário, considerámos pertinente compreender como a educação de adultos tem perspectivado esta categoria social de adultos face ao seu direito à educação, o que originou que analisássemos as diferentes Recomendações provenientes das Conferências Internacionais, entre outras, para dar conta de tal objectivo. Desta análise constatámos que só em 1972, na Terceira Conferência Internacional de Educação de Adultos realizada na cidade de Tóquio, se fez referência aos idosos, incluindo-os no grupo dos mais marginalizados da educação, e que a partir de 1986 se começa a falar explicitamente do direito à educação por parte dos idosos.

Desta análise, abrangendo igualmente outros documentos provenientes das Nações Unidas, foi salientado que os direitos das pessoas idosas continuam por garantir,

---

não tendo sido muito valorizados nas diferentes política, especialmente na política educativa.

Para além disto, analisámos a realidade portuguesa, entre 1985 e 2002, dando conta do que tem sido desenvolvido neste sector em geral, e, para as pessoas idosas, em particular. Como resultado, constatámos a ausência de uma política global e coerente de educação de adultos, o que tem conduzido à marginalização do sector, face à política educativa e ao sistema educativo.

Por outro lado, também verificámos que a educação de adultos promovida pelo Estado tem-se caracterizado essencialmente por incentivar as acções que valorizam a educação e a formação profissional, mas restringindo-as à frequência de uma população essencialmente constituída por jovens adultos e adultos em idade activa, excluindo todos os outros adultos já em inactividade por motivos de acesso à reforma.

Face a esta situação de não participação dos adultos idosos, questionámos o que tem sido feito para minorar ou para alterar esta diminuta participação, concretamente o papel do Estado num contexto em que se dá ênfase à aprendizagem ao longo da vida, valorizando lógicas de mercado e de retracção do Estado, tendo por base a análise de Griffin (1999a e 1999b) sobre os modelos de política social. Assim, há que repensar no papel do Estado para ser garantido o direito à educação por parte dos idosos.

Neste contexto de problematização e de enquadramento, tendo particularmente em conta as análises realizadas por Guillemard (1980, 1986) e por Lenoir (1979), foi formulada uma questão de investigação, no sentido de verificar se a Universidade da Terceira Idade se dirigia principalmente a adultos idosos da classe média, sendo um projecto educativo e cultural promovido por esse grupo. Como se foi verificando ao longo da pesquisa empírica, foi uma questão que veio a ser confirmada.

---

Conforme tivemos oportunidade de ir vendo na análise da Universidade que foi objecto de estudo na investigação que agora se conclui, o modo como essa Universidade se estruturou teve por trás de si um grande objectivo a atingir e de dupla repercussão. Por um lado, uma preocupação insistente em não ser confundida e não se confundir com um Centro de Dia. Assim, ao escolherem um modelo de funcionamento completamente diferente do Centro de Dia, pretenderam distanciar-se de uma representação social de pessoa idosa que é apresentada como detendo poucas capacidades — físicas ou intelectuais —, doente e pobre. Por outro lado, esta Universidade, como parte desse grande objectivo que enunciámos, pretendeu também afastar-se do modelo “escola”, no sentido mais “clássico” ou “tradicional” que podemos dar a esta expressão. No entanto, só parcialmente é que esta imagem de escola é afastada e apenas nos seus aspectos conotados de forma mais negativa. Esta renúncia ao modelo escolar concretizou-se, principalmente, na recusa, por parte de alguns membros da Direcção, da existência de certos órgãos da Escola, como o Conselho Pedagógico, composto apenas por professores com competência exclusiva em matéria de decisão pedagógica, o que originou no primeiro ano de existência da Universidade da Cultura e do Lazer uma diminuição da capacidade de decisão por parte da Direcção nessa matéria, porque só era reconhecido aos professores tal competência. Também a avaliação e a obrigatoriedade de frequentar as actividades culturais são características escolares que são recusadas por muitos dos associados.

Como é compreensível, a assimilação das características “positivas” da instituição Escola possibilita-lhes promover uma imagem valorizada das pessoas que frequentam a Universidade, apresentando-as como estando ainda no pleno gozo da sua capacidade de aprender e também de muitas outras potencialidades.



---

Assim, poderíamos dizer que quando esta Universidade da Terceira Idade dá lugar a um espaço de aprendizagem que, ao seu ritmo, promove as aptidões daqueles que a frequentam, está também a promover um estilo de vida, no sentido de estilização da vida de que nos fala Weber (1993), ressaltando a autonomia física e mental desses frequentadores e, por isso mesmo, diferenciando-os das pessoas idosas de menos recursos económicos, físicos e intelectuais. No entanto, como se disse e como se foi vendo no desenrolar da investigação, só parcialmente é que o modelo de Escola “tradicional” e “clássica” é rejeitado, não se podendo dizer que o projecto educativo/cultural que se desenvolve nesta Universidade se reja por princípios de educação libertadora e emancipatória preconizados por Freire e adoptados para a educação de adultos idosos por Glendenning e Battersby.

Além do mais, não se pode deixar de ter em atenção que esta Universidade possui um curso de alfabetização que funciona em moldes contrários aos preconizados por uma educação libertadora e emancipatória. Trata-se de uma alfabetização destinada a grupos de idosos possuidores de menos recursos económicos e culturais que se configura como uma escolarização.

É de destacar o pouco domínio do conhecimento revelado sobre a problemática da educação de adultos e de algumas correntes sobre a pedagogia de educação de adultos e de adultos idosos demonstrado pela coordenadora da alfabetização e por alguns formadores. Tal facto também poderá ter contribuído para a reprodução do modelo que conheciam e dominavam e que era o modelo de educação escolar.

Fundamentalmente, poder-se-ia dizer que o projecto destas Universidades visa permitir que os adultos idosos com um posicionamento social médio mantenham a sua posição social, o que se conjuga bem com o facto de ajudarem os seus frequentadores a distanciarem-se de certas imagens negativas de idosos e de velhice. Na esteira de Lenoir

---

(1979), podemos assim afirmar neste trabalho que estes grupos sociais são os que mais sentem e vivem a reforma como uma ruptura devido ao papel central que a actividade profissional desempenhava nas suas vidas.

Uma outra vertente desta Universidade da Terceira Idade é a possibilidade que oferece de serem estabelecidas redes de sociabilidade e de se reforçar o capital social de todos os intervenientes. Assim, por exemplo, as festas, os “rallies” e os saraus culturais (entendidos por Bourdieu, como meios de construir e solidificar as relações de grupo que constituem o capital social), são dimensões muito importantes nesta Universidade, nas quais as pessoas envolvidas investem muito tempo, algum capital económico, as suas capacidades de organização e os seus contactos. Nesta lógica de reforço e de aumento do capital social, através destes eventos sociais, não podem ter lugar os que não fazem parte destas redes de relações nem possuem elevados capitais (social, económico ou cultural). Assim se compreende, no sentido weberiano, a participação restrita dos alfabetizados na maioria destes eventos.

A par do reforço do capital social, a frequência da Universidade da Cultura e do Lazer devolve o sentido da vida e do tempo a muitos dos seus associados que tinham vivenciado a reforma como um corte. O facto de poderem sentir-se úteis prestando uma ajuda à comunidade ou sendo responsáveis por actividades culturais, de conviverem ou de poderem aprender, são exemplos de dimensões da vida e que ganham outro valor para quem “muito” perdeu com a reforma ou, pelo menos, assim a percepcionou.

Ao mesmo tempo, pode-se concluir que os reformados desta Universidade, ao pretenderam distanciar-se de uma imagem negativa de decrepitude e de uma posição social desvalorizada, acabam por não alcançar uma situação de *empowerment*, no sentido de Cusack, pois não promovem, entre outros aspectos, uma educação emancipatória.

Há também que salientar dois aspectos em que podemos reflectir e que se revestem de uma merecida atenção. Por um lado, o facto de serem os próprios reformados a promoverem, gerirem e decidirem esta Universidade e, por outro, o modo como alguns deles desempenham igualmente o papel de “orientadores”. São dimensões importantes, pois conferem-lhes um papel de protagonistas nesta instituição e não de simples destinatários, consumidores ou clientes, podendo definir o seu futuro, na linha de muitas das associações que têm vindo a surgir noutros países, como em França, além de poderem desenvolver outras acções que não vão no sentido da acção social tradicional. A Universidade da Cultura e do Lazer tem vindo a desenvolver acções na área da cultura, a par da valorização de um espaço de encontro com os outros, de sociabilidade e de aprendizagens em diferentes domínios.

Nesta Universidade são igualmente desenvolvidas acções de voluntariado em prol da sociedade, dimensão que deve ser enfatizada dado o seu valor social, o que, no entanto, não impede uma leitura crítica de tais acções e dos seus efeitos. Convocando Santos (1993, p. 49), há sempre a possibilidade das relações de ajuda promovidas pela sociedade-providência, articuladas com o Estado-providência, serem “combinações regressivas” ou “combinações progressivas”, dependendo, em parte, dos valores sociais que se defendem e o modo como se pretende atingi-los.

Decididamente, colocam-se desafios à política de terceira idade, de forma a ser uma política que responda às diferentes necessidades e situações dos reformados que compõem a sociedade portuguesa. A complexidade dos problemas vividos nesta faixa etária exige uma articulação entre diversas áreas de intervenção, quer actuando nas gerações mais novas para prevenir situações de desigualdade e discriminação cumulativas ao longo da vida dos indivíduos, quer exigindo uma actuação de modo a garantir os diferentes direitos dos idosos.

---

Por sua vez, o aumento da esperança de vida, e também a saída precoce do mundo do trabalho, conduzem a uma duração da situação de reforma progressivamente maior e à existência de reformados cada vez mais jovens, alterando a forma de perceber e viver a reforma, apesar de se desenharem, nalguns países da Europa, uma tendência para aumentar a idade de acesso à reforma. Perante estas alterações, novos desafios são colocados, quer ao Estado, na forma de organizar e conceber as diferentes políticas e os tempos sociais, quer aos próprios reformados, ou à *sociedade civil*, promovendo espaços que correspondam a estas novas situações, como nos alerta Guillemard (2003), questões estas que podem vir a constituir-se em objecto de investigação para trabalhos futuros.

A problemática da educação de adultos idosos também se revelou um campo ainda por desenvolver, abrindo-se uma infinidade de possíveis investigações, nomeadamente sobre as práticas, a formação de formadores e a discussão dos seus princípios orientadores.

Para finalizar esta conclusão, destacamos que a reforma pode originar alterações mais ou menos profundas na vida de quem a vive. De entre muitas, focamos uma: a alteração do ritmo de vida, a noção do tempo, passando de um tempo ritmado e organizado em função do trabalho para um outro tempo: um tempo contínuo em que os dias não são diferentes uns dos outros.

A participação em associações e/ou organizações de variados fins, como a Universidade da Terceira Idade, tem restituído a muitos reformados um outro significado ao tempo e à própria vida, e contribuído para restabelecer redes de sociabilidades e de solidariedades.

O tempo da reforma, para alguns grupos de reformados, poderá significar adaptações, aprendizagens, desafios, oportunidades de concretização de

projectos/desejos sempre adiados, enquanto que outros grupos não esperam muito, ou mesmo nada, da reforma.

Face a esta diferença de situações no âmbito da terceira idade, permanece o desafio ao Estado para dar a oportunidade a cada idoso de concretizar as suas legítimas aspirações e de garantir os seus direitos.